



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sérgio Spada; **PMDB** — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Amibál Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Bernaldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaco, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01). Em licença o Senhor Deputado Edgar Bueno (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto nº 289/96, relativo à instituição do Selo de Qualidade Ambiental do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto nº 309/96 que declara de Utilidade Pública a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Chile, com sede e foro em Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) JOSÉ-MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 733

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, e no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 182 e 183 e outros dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 326/96.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(aa) ALBANOR FERREIRA GOMES

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja designado o dia 12 de setembro próximo vindouro, para realização da Sessão Solene de outorga do Título de Cidadã Honorária do Paraná a Excelentíssima Senhora Nely Lídia Valente de Almeida, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 9.397 de 04/10/1990.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Romero, ocorrido em data de 31 de julho de 1996, na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Eduardo Romero - Um pioneiro que se vai, e Toledo fica de luto, com a população chorando a sua morte.

Um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidido e brava gente, que desde abril de 1947 ajudou a desbravar uma terra desconhecida, rasgando a bruta mata com muito sacrifício na área da então colonização de Toledo. Teve participação ativa e importante na transformação, crescimento e desenvolvimento do município.

A Assembleia Legislativa do Paraná se associa ao luto e a dor da família enlutada, lamentando o ocorrido e transmitindo as condolências para esposa, filhos, parentes e ao grande círculo de amigos.

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação na Ata da presente Sessão, de votos de congratulações à Associação dos Magistrados do Paraná, pela passagem do seu 39° aniversário de fundação.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê conhecimento ao Doutor Guilherme Luiz Gomes, Digníssimo Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Magistrados do Paraná, que congrega todos os associados, Desembargadores, Juizes e Pensionistas, em torno das ideias de um Poder Judiciário comprometido com as causas do povo, com a justiça social e com o estado democrático de direito, foi fundada em 11 de agosto de 1957, graças ao idealismo de um grupo de magistrados liderados pelo abnegado juiz Alceste Ribas de Macedo.

Nestes 39 anos de existência essa entidade foi dirigida por eméritos juizes: Alceste Ribas de Macedo, Segismundo Gradowski, Antonio Franco Ferreira da Costa, Edmundo Mercer Júnior, Marino Bueno Brandão Braga, Aurélio Feijó, Luiz Renato Pedroso, Jorge Antriquetto, Lauro Lima Lopes, Francisco de Paula Xavier Neto, Luiz César de Oliveira e Sidney Mora, a quem rendemos as homenagens e o preito de gratidão.

Em toda sua existência a AMP sempre atuou em benefício de seus associados.

Nos primeiros tempos essa entidade dedicou-se exclusivamente à realização de atividades sociais e culturais. Grandes obras foram construídas, a Colônia de Férias Des. Franco Ferreira da Costa, em Granatuba, a Chácara Des. Mercer Júnior, a sede social Des. Aurélio Feijó, em Curitiba. No plano cultural, a realização de Seminários Regionais, o I Congresso Estadual e o IX Congresso Brasileiro de Magistrados.

Nos últimos anos, a partir de 1988, a AMP passou a exercer um papel político na defesa das prerrogativas constitucionais da magistratura e na defesa da instituição. Fortaleceu-se a postura da AMP na defesa dos direitos dos juizes a remuneração condigna, melhores condições de trabalho, estabelecimento de critérios objetivos na

avaliação do merecimento das promoções e promoções, publicidade e motivação das decisões administrativas, democratização da eleição da cúpula diretiva dos Tribunais, aperfeiçoamento cultural através de cursos de atualização da Escola da Magistratura e de Seminários e Encontros Regionais através do Departamento Cultural.

Por isso, pela luta e tradição que simboliza a Associação dos Magistrados do Paraná é que solicitamos a consignação de votos de congratulações, por essa data tão marcante para todos nós.

REQUERIMENTO N° 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplauso ao Supervisor da Guarda Municipal de Curitiba, Delvânio Spok Miranda, que recebeu o Título Honorífico do Mérito Policial, por atos de bravura, no cumprimento do dever.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Chefe-Geral da Guarda Municipal de Curitiba, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 732

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência, expor, para no final requerer, o seguinte:

MOÇÃO DE APLAUSO

Em nome do Ilustríssimo Senhor Doutor Luiz Rodrigues Wambier, componente da banca advocatícia w.s.w., Advogados Associados S/C, que concluir seu curso de Pós-Graduação a nível de Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP.

Excelência, o acima nominado é natural do Município e Comarca de Ponta Grossa, Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo hoje advogado de renome nacional, autor de dois livros, vários artigos publicados em livros, revistas e jornais especializados na área jurídica e periodicamente tem proferido palestras e debatendo em seminários e congressos jurídicos por todo o Brasil.

Após longos três anos de intensos estudos, no último dia 06 de agosto, o agraciado defendeu na PUC/SP tese de doutorado perante uma banca formada por cinco juristas de renome internacional, tendo ao final obtido a nota máxima: 10 (dez).

A tese defendida pelo agraciado Exce-

lência resultou num livro de 435 folhas, que em breve estará em circulação em nosso país, tendo como tema "Liquidação de Sentença", o qual é tido como de grande complexidade em razão da escassez em nosso país, o que levou o autor a peregrinar em mais de uma centena de obras de outros países, bem como, preocupar-se de como nossos tribunais têm se pronunciado a respeito do assunto.

O assunto e o tema escolhido pelo agraciado Excelência, é dos mais interessantes, eis que o mesmo é bastante escasso na lide forense de nosso país. Sendo ainda de muito utilidade no dia-a-dia dos advogados, juizes e promotores. E com toda a certeza será obra obrigatória nas bibliotecas das bancas advocatícias em nosso país, para suas consultas e soluções em suas dúvidas como operadores do direito.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Excelência, o agraciado Dr. Luiz Rodrigues Wambier, por vários anos vem prestando relevantes serviços à comunidade pontagrossense, principalmente na área educacional como professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa na cadeira de Processo Civil. Onde com toda certeza transfere aos alunos conhecimentos suficientes, para transformá-los em verdadeiros paladinos da justiça, tanto em nosso país, como principalmente para comunidade pontagrossense. O sucesso alcançado pelo agraciado Excelência, de muito orgulho encheu a comunidade ponta-grossense. E a minha pessoa na qualidade de representante da referida comunidade não poderia ficar silente. Pois acima de qualquer coisa sempre procurei, procuro e procurarei cada vez mais elevar o nome e os valores dos cidadãos que compõem nossa sociedade em qualquer área sempre esquecidos por nossos representantes, tendo suas contribuições para nosso Município, para nosso Estado e nosso País passadas desapercibidas. O que de hoje em diante não mais acontecerá com toda a certeza. Pois a elas estarei atento.

Terminando Excelência, quero também reiterar meus protestos de parabéns aos doutores José Eli Salamacha e Carlos Werszel pela vitória alcançada pelo seu sócio de banca advocatícia e pela suas alegrias que com toda certeza é compartilhada por este Deputado e pela comunidade de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO N° 737

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta

sessão, um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Escritório Augusto Prólik, que comemorará em 23/08 do corrente 50 anos de sua fundação. Iniciou as suas atividades no ano de 1946 e ao longo destas cinco décadas sempre primou atividades pelo excelente apoio jurídico aos seus clientes na área de Advocacia Tributária, Cível e Contábil, contribuindo sobremaneira para que a justiça em nosso Estado seja aplicada com muita seriedade, coerência e exatidão. Nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento são extensivos ao proprietário e Presidente do Escritório, o Sr. Augusto Prólik e a sua equipe de funcionários que tão eficientemente têm prestado seus serviços no ramo da advocacia. Deixamos registrado nos anais desta Casa de Leis esta homenagem através deste voto de louvor, consignando-se o reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, respeitosamente REQUER à Mesa Executiva, após manifestação do Plenário, seja encaminhado solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que remeta à esta Assembleia Legislativa, mensagem de lei regulamentando a cobrança de multa de mora incidente sobre os débitos em atraso relativos às tarifas públicas estaduais, fixando - a em 2% nos termos do artigo 52 § 1° do Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8078/90).

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela objetiva adaptar a legislação estadual ao Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, instituído através da Lei Federal n° 8078/90.

O diploma sofreu alteração recente através da Lei n° 9.298 de 1° de agosto de 1996 (DOU de 02.08.96), que estabeleceu o limite de 2% para a multa decorrente do inadimplemento de obrigações no seu termo.

O Código de Defesa do Consumidor é norma de Ordem Pública, portanto vinculada as demais disposições legais a ele relacionados, revogando aquelas que com ele colidirem.

Importa ressaltar que o mercado já estava na dianteira desse novo regulamento, eis que em várias localidades do País entidades representativas de empresários e consumidores, baseados no artigo 107 do Código de Defesa do Consumidor, firmaram Convenção Coletiva de Consumo, ajustando a

fixação dessa multa, que na Lei era de 10%, em 2%.

Não há dúvida que a matéria das "tarifas públicas" configura relação de consumo. Ademais, a questão é de grande interesse social, razão pela qual deve ser regulamentada com urgência.

REQUERIMENTO N° 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao atleta olímpico Emerson Perin, natural do município de Medianeira, tendo em vista sua brilhante participação na Olimpíada de Atlanta/96, nos Estados Unidos.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao atleta olímpico Emerson Perin, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam os votos de congratulações e aplausos.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 734

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Rosicléia Dombroski - Jardim Ipê II - São José dos Pinhais, os quais solicitam a implantação de rede de água e esgoto nesse bairro.

A população utiliza-se de água de poço e como é de péssima qualidade, infelizmente está propensa a contrair doenças.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 735

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de verificar o que vem ocasionando o atraso na entrega de correspondência na residência da Sra. Divalina de Freitas, situada na Av. Presidente Arthur da Silva Bernardes n° 1906 - Portão.

Devido ao atraso da entrega da sua conta telefônica e outras correspondências, a Sra. Divalina foi prejudicada, motivo pelo qual solicita que o problema seja sanado o mais breve possível. Seu telefone para contato é de n° 345-1648.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 736

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder reparos na Rua Genésio Moreschi, proximidades do n° 771 - Jardim Guaraituba, uma vez que a mesma encontra-se cheia de buracos deixados por ocasião de obras realizadas pela Municipalidade.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que muitos transtornos estão sendo causados para a comunidade e que os reparos precisam ser efetuados o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Odacir Klein - DD. Ministro de Estado dos Transportes e Dr. João Alberto Sautchuk - DD. Diretor do DNER, solicitando seja reanalisado o projeto do Contorno Leste de Curitiba sobre o qual o DNER está solicitando a obra, uma vez que o traçado proposto por este foi elaborado na década de 70 quando a realidade de Curitiba e Região Metropolitana era diversa e por isso ele atinge não só áreas de mananciais, como também divide ao meio várias vilas populares que possuem grande número de habitantes, existentes na região.

Assim considerando a importância e necessidade da obra a ser realizada, bem como a área a ser abrangida, necessário se faz urgente reanálise do projeto com conseqüente elaboração de novo, após estudos competentes, uma vez que alterações posteriores na obra realizada só virão acarretar demora maior na sua efetivação e conseqüente acréscimo de custos.

Assim face a importância de questão levantada, espera este Parlamentar contar com o apoio de seus nobres Pares ao solicitado.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) RICARDO CHAB

Apoio: Luiz Carlos Martins.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 358/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica isenta a Classe Médica do pagamento da taxa de estacionamento regulamentado nas vias públicas em todo o território paranaense, quando em atividade profissional.

Parágrafo Único - Ficará a cargo da Associação Médica do Estado do Paraná cadastrar e fornecer adesivo que deverá ser afixado nos veículos dos Senhores Médicos, para identificá-los, quando em trânsito a trabalho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Classe Médica para honrar o Juramento de Hipócrates se desloca do seu local de trabalho, em qualquer dia e hora, para os mais diversos locais, ficando muitas vezes impossibilitados de estacionar em nossas vias públicas sem que sejam penalizados por falta de talonário do estacionamento regulamentado.

A motivação deste plano de lei é fornecer a esses abnegados profissionais quando atender chamadas de seus pacientes, muitas vezes em casos de emergência, a possibilidade de estacionar sem a preocupação do preenchimento do talonário.

Ficaria a cargo da Associação Médica do Estado cadastrar e fornecer um adesivo para ser afixado nos vidros frontais dos automóveis dos médicos, quando estiverem a serviço profissional, naturalmente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI N° 359/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Carlos Alberto Grolli.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Carlos Alberto Grolli, nasceu em Três Passos, Rio Grande do Sul, em 20 de maio de 1958.

Está radicado no nosso Estado há muito tempo, tendo trabalhado como radialista em Assis Chateaubriand no período compreendido entre 1969 a 1987, foi Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, advogou em Cianorte,

nos anos 1989/91, se transferiu para Paranaguá, onde trabalhou na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1991/93, tendo sido Secretário Municipal de Administração do Município de Paranaguá, 1993/95, Consultor Jurídico e Diretor Executivo da Associação dos Municípios do Paraná, 1995/96 e Presidente da Cooperativa Multifuncional de Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana.

Isto posto, comprovando a longa ficha de serviços prestados pelo homenageado à comunidade paranaense, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI N° 360/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Marcello Alessio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Marcello Alessio nasceu em 23 de julho de 1945, na Cidade de Savona, na Itália, e formou-se em Ciências Políticas e Filosofia em Florença e Direito em Milão.

A concessão do Título de Cidadania Honorária Paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados a comunidade do nosso Estado, salientando o seu desempenho na sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de prestar uma justa e meritória homenagem como reconhecimento do seu trabalho em prol da comunidade do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 361/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar uma Unidade do Corpo de Bombeiros na Sede do Município de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Loanda, em função de sua

importância representativa para o Noroeste do Paraná, ainda carece de uma Unidade do Corpo de Bombeiros, que atenderia a mais de doze municípios vizinhos, interligados numa faixa de 20 quilômetros. A referida unidade traria uma maior segurança à população rural e urbana destes municípios, combatendo incêndios em geral e prestando todo o tipo de atendimento inerente ao valioso Corpo de Bombeiros do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 362/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a instalar uma Subdivisão Policial na Sede do Município de Loanda.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A motivação da presente proposição é justificada pelo fato de que a Subdivisão Policial, a ser instalada na sede do Município de Loanda, irá atender, também, os municípios vizinhos que são em torno de doze.

Atualmente, a mais próxima subdivisão encontra-se em Paranavaí, muito distante por municípios que serão atendidos pela Subdivisão Policial de Loanda.

PROJETO DE LEI N° 363/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Léo Fernando da Silva Ditzel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Léo Fernando da Silva Ditzel nasceu em 22 de janeiro de 1941, em Prudentópolis, no Estado do Paraná, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em 1969.

A concessão do Título de Benemerência Paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados a comunidade do nosso Estado, salientando o seu desempenho na sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de

prestar uma justa e meritória homenagem àquele que honrou o Estado do Paraná no desempenho de suas funções.

PROJETO DE LEI N° 364/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar às Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - FACEPAL e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, o valor correspondente ao custo/aluno.

Art. 2° - O repasse transferido pelo Estado será necessariamente utilizado para redução dos valores das mensalidades escolares e fornecimento de Bolsas de Estudos aos alunos comprovadamente carentes.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A FACEPAL - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, bem como a FAFI - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, vêm sendo mantidas, desde a sua criação, pela Mitra Diocesana de Palmas, através do Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos.

Todavia, em vista do elevado número de estudantes de reduzido poder econômico-financeiro, a entidade mantenedora vem encontrando dificuldades extremas em continuar arcando com o custo/aluno dos mencionados estabelecimentos de ensino.

Assim sendo, objetivando a permanência dos alunos nos cursos ministrados pela FACEPAL e pela FAFI, entende-se necessário o apoio do Estado, o que enseja o presente projeto de lei, o qual, temos certeza, receberá parecer favorável dos nobres membros desta Casa de Leis.

O presente projeto encontra respaldo constitucional, em razão de se tratar de escola confessional, e atender a uma região sem a opção de uma faculdade pública.

PROJETO DE LEI N° 365/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE, com sede e atuação na Cidade de Curitiba, Rua Moacir Potier, 530 - Xaxim, presidida por Ricardo Koop Frieses, presta diversas atividades na área social, através de convênios e suas próprias promoções e campanhas.

Enade fundada em 1981, objetivando o atendimento de famílias carentes de nossa cidade, nas áreas de alimentação, vestuário, medicamentos, assistência médico-hospitalar, escolarização, aconselhamentos e assistência jurídica, entre outras, é indiscutivelmente merecedora de ser declarada de Utilidade Pública Estadual, pelos trabalhos já prestados e pelos projetos futuros.

PROJETO DE LEI N° 366/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor José Francisco Schiavon.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor José Francisco Schiavon nasceu em 14 de janeiro de 1941, na Cidade de Marília, no Estado de São Paulo, e formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, sendo um dos profissionais mais conhecidos em nosso Estado.

A concessão de Título de Cidadania Honorária Paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados à comunidade do nosso Estado, salientando o seu desempenho na sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de prestar uma justa e meritória homenagem como reconhecimento do seu trabalho em prol da comunidade do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 367/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 01/03/1988, ANSARA - Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva, é mantenedora do CENTRAU - Centro Municipal de Treinamento e Reabilitação Auditiva de Campo Mourão, congrega pessoas da sociedade, num estímulo à solidariedade e ao espírito comunitário, visando a assistência a clientela com necessidades educativas especiais, o aprimoramento o ensino e a integração família-comunidade.

Desde a sua fundação, realiza profícuo trabalho no seio da comunidade, a uma clientela de 37 educandos com deficiência auditiva profunda, severa, moderada e leve, para que os mesmos possam atingir seu pleno desenvolvimento social, psicológico e espiritual.

Reconhecê-la de Utilidade Pública implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação no campo de beneficência e mais, no estímulo à melhoria das suas condições de atendimento.

A entidade preenche todas as exigências legais, portanto, está plenamente credenciada para o que ora propomos.

PROJETO DE LEI N° 368/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Mães Carentes e Colaboradoras de Pontal do Sul - AMACAR, com sede em Pontal do Sul e foro no Município de Paranaíba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma sociedade sem fins lucrativos, sem finalidade político partidária ou religiosa. Objetiva contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária de Pontal do Sul.

Pretende, ainda, colaborar com o Poder Público dando-lhe conhecimento dos problemas e pleiteando as respectivas soluções.

Faz o amplo alcance social de tal medida contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 369/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica - ADECTUR, com sede e foro à Travessa Antonio Santos, 157, Município e Comarca de Sengés, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica da Cidade de Sengés, é uma entidade sem fins lucrativos, e fundada exclusivamente com fins de desenvolver o turismo, o desporto, a pesquisa científica, e principalmente, incentivar os jovens e adolescentes para a prática do esporte, pesquisas e o conhecimento das culturas e tradições regionais, estadual e nacional, visto ser o município habitado por pessoas imigrantes de outros Estados e Países.

O título de Utilidade Pública em muito beneficiará a entidade, possibilitando a angariação de recursos para um melhor atendimento à população do município e região.

PROJETO DE LEI N° 370/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Criadores do Bicho da Seda de Icaraíma e Região - ASSIMA -, com sede e foro no Município de Icaraíma.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Conforme preceitos estatutários, a Associação dos Criadores do Bicho da Seda de Icaraíma e Região - ASSIMA, tem como prioridade representar e defender os sericultores associados, contribuindo para o desenvolvimento de Icaraíma e Região.

A presente proposição reveste-se de caráter imprescindível para que a ASSIMA tenha condições de continuar participando de Encontros Estaduais e Nacionais e desta forma promover reuniões periódicas com os associados, orientando-os através de palestras e pesquisas, para que o Criador do Bicho da Seda possa desenvolver plenamente as suas atividades.

Dessa forma, esperamos o devido apoio e conseqüentemente a aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho da Entidade em favor de Icaraíma e Região.

PROJETO DE LEI N° 371/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado, a doar para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Sengés, o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, sob a Matrícula n° 1.712 de 08 de outubro de 1988 com as seguintes características:

IMÓVEL, composto de um lote de terras na zona urbana do município, com área de 883,00 m. (oitocentos e oitenta e três metros quadrados), contendo uma casa de madeira, coberta de telhas, com as seguintes confrontações:

Ao Norte com a data n° 109; ao Sul com a Rua Expedicionário Anélio da Luz, antiga rua Itararé; Ao Nascente com a data n° 104; ao Poente, com a data n° 102.

Havido esse imóvel pela Transcrição n° 31, do Registro de Imóveis da Comarca de Sengés, onde hoje funciona a Escola Especial Maria Clotilde Dória, área de deficiência mental mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de acordo com a Resolução n° 3.104/95, de 31 de julho de 1995, expedida pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.98.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Sengés, mantenedora da Escola Especial Maria Clotilde Dória, autorizada a funcionar de acordo com a Resolução n° 3.104/95, da Secretaria de Estado da Educação, em 31 de julho de 1995, vem atendendo a aproximadamente a mais de 35 (trinta e cinco) alunos, todos com deficiência, nas mais variadas idades, com crianças de 02 (dois) meses de idade, atingindo adolescentes e adultos, sem condições financeiras para manter-se em outras escolas especializadas e particulares que prestam o mesmo tipo de atendimento.

A doação desse imóvel por parte do Governo do Estado do Paraná, para a APAE de Sengés, irá tranquilizar as pessoas que fazem parte da Diretoria daquela entidade, que ficarão livres da preocupação de serem obrigados a devolver o imóvel ao Estado,

quando forem solicitados, e dessa forma deixarem os alunos desatendidos e sem local para frequentarem suas aulas, e acima de tudo ficando sem os atendimentos que se fazem necessários a todos os deficientes, e que vai desde as aulas normais e especiais de primeiro grau, terapias e atendimento médico gratuito a todos os assistidos.

Dessa forma, nada mais justo que o Poder Executivo, retribua aos esforços da comunidade, que com tanto sacrifício, muitas vezes deixam seus afazeres e compromissos, para dedicarem um pouco de carinho e compreensão, para com aqueles seres humanos, que não tiveram culpa de vir ao mundo, portando uma deficiência, que talvez na maioria dos casos, seja pela desmaturação de seus genitores, que são na sua maioria trabalhadores rurais e vivem de bóia-frias.

PROJETO DE LEI N° 372/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública, o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) Ação Social de Céu Azul, com sede e foro à Avenida Nilo Umberto Deitos n° 1426, na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social de Céu Azul, é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, e foi fundado para atuar na área de assistência social, onde vem prestando grandes serviços no atendimento a população mais carente daquele município, conforme o contido no relatório das atividades desenvolvidas por aquela entidade, e anexo a documentação que acompanha este projeto de lei. O Título de Utilidade Pública, em muito irá beneficiar a entidade, possibilitando a angariação de mais recursos, para um melhor atendimento a população mais carente do município.

PROJETO DE LEI N° 373/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica, declarada de Utilidade Pública a Associação Lar Criançarteira - TRIARTE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública presta relevantes serviços a comunidade de Vila Jacira, na área de atendimento a crianças carentes ou que se encontrem em condições de riscos, procurando dar a essas crianças uma educação integral na sua instituição Lar Criançarteira.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 374/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor João Carlos Simões.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor João Carlos Simões nasceu em 24 de junho de 1948, na Cidade de Franca, no Estado de São Paulo, e formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, sendo um dos profissionais mais conhecidos em nosso Estado.

A concessão do Título de Cidadania Honorária Paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados a comunidade do nosso Estado, salientando o seu desempenho na sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos Nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de prestar uma justa e meritória homenagem como reconhecimento do seu trabalho em prol da comunidade do Estado do Paraná, conforme é comprovado pelo "currículum vitae" que apresentamos em anexo.

CURRICULUM VITAE

- Dr. João Carlos Simões, médico formado em 1972 - Faculdade Federal de Medicina do Paraná.
- Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Cirurgia - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP - 1974 - 1978.
- Membro titular da Sociedade Brasileira de Oncologia.
- Membro de Especialista em Oncologia.
- Título de Especialista em Oncologia.
- Título de Especialista em Cirurgia Ge-

ral.

- Membro Titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.
- Ex-Diretor Clínico do Hospital Evangélico - 1992 - 1994.
- Professor Titular de Técnicas Operatórias e Cirurgia Experimental da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná.
- Associação Médica do Paraná.
- Diretor de Comunicação Social - Gestão 1987/89.
- Conselho Fiscal Titular - Gestão 1989/91.
- Diretor do Patrimônio - Gestão 1991/93.
- Diretor de Comunicação Social - Gestão 1993/95.
- Atual Presidente da Associação Médica do Paraná.
- Data de Nascimento: 24.08.48.
- Local: Franca/SP.

PROJETO DE LEI N° 375/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro Internacional de Tecnologia de Software - CITS., com sede e foro nesta capital de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Centro Internacional de Tecnologia de Software, CITS., é uma instituição com a finalidade de atuar nas áreas de ensino e pesquisa, sem fins lucrativos, constituída em 22.08.92, com objetivos dirigidos à formação e capacitação de profissionais de alto nível, em programas de reciclagem de recursos humanos em técnicas avançadas de engenharia de Software, contando com a participação dos melhores especialistas do país e do exterior.

Entre outros objetivos estão: a ampliação e reprodução de conhecimentos de desenvolvimento de Software pela integração das Universidades e outras entidades de ensino do Estado do Paraná.

A promoção de eventos e seminários que contribuem para o fortalecimento das entidades do setor; a promoção de incentivos à criação e fortalecimento de novas empresas do setor.

Por tratar-se de uma entidade com fins à criar, acompanhar e enaltecer as empresas do setor no Estado, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zak) - No Pequeno Expediente concedo a palavra

ao 1° Orador inscrito Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas questões me trazem à tribuna nesta tarde. A primeira é para falar sobre a questão do saneamento básico da minha cidade de Londrina e a segunda é para discutir aqui uma outra questão tão importante quanto esta, que é o problema da geração de empregos na nossa cidade de Londrina.

Em relação à primeira questão, saneamento básico da nossa cidade, gostaria de dizer que Londrina é uma cidade de primeiro mundo no que diz respeito ao abastecimento de água, mas não é uma cidade de Primeiro Mundo no que diz respeito ao saneamento básico e à questão da rede de esgotos. Apenas 55% da cidade é servida com rede de esgotos, 45% da nossa população londrinense não é servida com rede de esgotos. Portanto, sendo esta uma obra de responsabilidade do governo do Estado, mais especificamente da SANEPAR, gostaria de fazer um apelo sobretudo à liderança do governo, para que interceda junto ao governo do nosso Estado no sentido de se criar para Londrina, um programa semelhante ao PROSAM que está em execução aqui na capital do Estado.

Acho que a capital merece, o povo de Curitiba merece que o governo em parceria com a prefeitura, projete e execute ali um projeto, um programa de saneamento básico e ambiental como é o PROSAM, mas acho que também a minha cidade, a cidade de Londrina, a segunda maior cidade do Estado do Paraná merece tratamento igualitário, afinal de contas, temos mais de 700 mil habitantes se nós formos incluir Londrina, Ibiporã e Jataizinho, Cambé, Rolândia e Arapongas. Então o que gostaria é que o governo do Estado procurasse dar mais atenção à cidade de Londrina nessa questão do saneamento básico, procurasse, quem sabe, criar um PROSAM para Londrina, Programa de Saneamento Ambiental para a nossa cidade e para a nossa região, afinal de contas, Londrina tem contribuído tanto para os cofres do Tesouro do Estado e cito como exemplo somente o SERCONTEL, que é a nossa empresa de telefonia municipal. Somente esta empresa no ano passado Deputado Annibelli, mandou para o tesouro do Estado 16 milhões de Reais de ICMS, e no mesmo período retornou para a cidade apenas 2 milhões de Reais. E nós temos uma região enorme da malha urbana de Londrina que não tem rede de esgotos.

E nós temos conjuntos habitacionais, com casas construídas há mais de 10 anos, que ainda se valem do sistema antigo de fossas, pondo em risco a saúde de crianças indefesas, de mães, de famílias cujos

país, em grande parte desempregados, não têm condições sequer de comprar o remédio para atender a necessidade do tratamento de sua família.

Portanto, quero fazer aqui um apelo ao Governo do Estado, ao Governador Jaime Lerner, à nossa representação aqui na Casa, ao Deputado Alborghetti, Deputado Belinati, a nossa Vice-Governadora Emília Belinati, para que se somem conosco nesta luta, para dotarmos a nossa cidade de um programa de saneamento ambiental, e resolvermos de uma vez por todas esta questão do saneamento básico de Londrina, já que Londrina é cidade de 1º Mundo em abastecimento de água, vamos nos somar, vamos fazer todo o tipo de esforço para colocar Londrina também no 1º Mundo na questão do saneamento básico e na questão ambiental.

A segunda questão que me traz aqui, como disse no começo, é a questão da geração de empregos. Segundo dados oficiais do Governo do Estado, Londrina neste trimestre de 86 teve o desemprego aumentado em 128% em relação ao mesmo período do ano passado. Isto nos preocupa sobremaneira. É mais uma vez a gente vê o Governo do Estado se empenhando para gerar empregos aqui na Capital. O Governo está investindo pesadamente para implantar aqui em Curitiba e na região metropolitana uma fábrica de automóveis da Renault, nós não somos contra a vinda da Renault para Curitiba, Deputado Caíto Quintana, muito pelo contrário, nós até aplaudimos e apoiamos essa iniciativa. Mas nós gostaríamos de ver Deputado Romanelli, o Governo do Estado também se empenhando um pouco, pelo menos um pouco para dotar a região de Londrina, que é a segunda maior região do Estado de condições para instalação de indústrias como forma de geração de empregos, da mesma maneira que ele se preocupa com a Capital do Estado.

Então, o que nós queremos nesta hora do Governo. Queremos que o Governo também lembre que Londrina existe. Não pode só pensar em Curitiba. A impressão que a gente tem é que Curitiba tem dois Prefeitos, é o Rafael Greca e tem o Jaime Lerner, talvez até por ter sido já Prefeito três vezes, ele ainda não conseguiu e é até normal, assimilar o cargo de Governador do Estado do Paraná como um todo e não apenas da Capital e região metropolitana.

Então que olhe um pouquinho para Londrina, e como Londrina tem contribuído para o Paraná.

Se eu estou falando apenas Deputado José Maria, do SERCONTEL, que o SERCONTEL mandou o ano passado para cá 16 milhões de Reais só de ICMS, imagine V.Exa. o quanto a COPEL e a SANEPAR arrecadaram em Londrina, no ano passado, e o que é que voltou principalmente sai da SANEPAR, este

ano, de benefícios para Londrina, em relação ao que a SANEPAR arrecada de recursos na nossa cidade.

Então, Sr. Presidente, quero reiterar aqui um apelo ao Governador do Estado, que faça também um pouco por Londrina. Um ano e meio de Governo, nós não temos visto praticamente nenhuma obra real, concreta, paupável do Governo do Estado, na nossa cidade de Londrina.

E a questão do saneamento básico, ela é fundamental. Não se pode falar em qualidade de vida, de melhorar a qualidade de vida da população ignorando a questão do saneamento básico, do esgoto e da questão da coleta e reciclagem do lixo, a exemplo do que preconiza o programa de saneamento ambiental da região metropolitana. E nós queremos isso para a nossa cidade. O povo de Londrina merece este tipo de consideração Deputado Annibelli e é exatamente em nome deste povo, como representante de Londrina, que eu estou nesta Tribuna, nesta tarde fazendo este apelo e eu espero que o Governador ouça este nosso apelo e direcione também um pouco das suas atenções para Londrina e para o interior do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e convidamos o Deputado João Techy Filho para assumir a 2ª. Secretaria.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senho Presidente, Senhores Deputados.

Deputado José Tavares, concordo com V.Exa. e vou mais além. Setenta dos municípios brasileiros, isto em estatística conversando com meu particular amigo Deputado Caíto Quintana sempre os dois agachados aqui na Mesa, setenta por cento dos Municípios brasileiros não tem saneamento básico por que não dá voto, nunca deu voto, nunca deu e não dá. Admito o Prefeito que aplica no saneamento básico 70% Deputado José Maria Ferreira, que dirigiu um dos grandes Municípios do Norte do Paraná que é Ibiporã.

V.Exa. sabe que 70% dos municípios brasileiros não tem saneamento básico, não tem rede de esgoto e a dificuldade que encontra o Prefeito, dificuldade que V.Exa. encontrou na sua administração, a dificuldade que o Deputado Edno encontrou na sua administração para conseguir o saneamento básico porque o saneamento básico é para o Prefeito inteligente. Ele aplica, não quer saber do retorno do voto ou não.

Então, só não admito Deputado Caíto, Deputado Tavares, Deputado Romanelli, Deputado Basílio. Nenhum Prefeito tem condições de construir um município em 4 anos, nenhum Deputado tem condições de fazer uma

plataforma de ideais em 4 anos, nenhum Presidente da República tem condições de fazer um País em 4 anos.

Hoje eu dizia na televisão, no meu programa campeão de audiência no horário, dizia por exemplo Maringá, passaram-se vários Prefeitos, vem agora o Dr. Joel Coimbra que segundo a pesquisa de hoje já é o Prefeito de Maringá que a Rede Independência mostrou já é o Prefeito de Maringá, que oxalá o acompanhe na sua empreitada, ele vai ver também que em anos 4 anos o Dr. Joel Coimbra não vai realizar o sonho que ele tem na cabeça pela sua Maringá. Londrina nós tivemos Prefeitos como Luiz Eduardo Cheida, não venham me dizer que o Cheida não trabalhou. Trabalhou. Tivemos Hoaken de Novaes, tivemos Dr. Wilson Moreira que foi o primeiro a fazer uma escola integrada em Londrina, antes do Leonel Brisola Deputado Tavares, V. Exa. lembra disso que nós fomos inaugurar, eu e o Dr. Wilson, a primeira escola integrada com gabinete dentário, com assistente social, com professores de educação física. Depois veio o Prefeito Belinati e construiu a maior creche do Brasil.

Ninguém consegue, então eu dizia, se ganhar o Deputado Tavares, se ganhar o Belinati, se ganhar o Hailly se ganhar o Paulo Bernardo, eles vão ter quatro anos para colocar os seus sonhos, seus ideais, seus programas de Governo em prática. Por exemplo, Curitiba, nós tivemos Roberto Requião, foi um grande Prefeito, Maurício Frust, Jaime Lerner, Rafael Greca, todos grandes Prefeitos. Não adianta dizer nada, Rafael Greca é um dos melhores Prefeitos do Brasil. O Maurício fez como fez, mas fez, outros Prefeitos que passaram fizeram, o Jaime fez, o Requião fez. Agora veja bem, se o Mar ganhar em quatro anos vocês não vão conseguir realizar os seus sonhos. Deixa eu falar, Vossa Excelência apresentou um programa tão lindo esses dias, eu lhe aplaudi, o programa da casa própria, tem que te respeitar Romanelli. Mas não é em quatro anos que você vai conseguir colocar tudo em prática.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Concordo integralmente com Vossa Excelência e acho que cada um dos Prefeitos curitibanos contribuiu com a cidade. O que eu não aguento mais, e aí eu uso uma expressão que Vossa Excelência sempre usa, estou de saco cheio de ver cada Governador que assume o Palácio, de cada Prefeito que vira Prefeito dizer o seguinte: "Assumi, primeiro diz: Está tudo uma porcaria, está ruim, faz crítica até ao antecessor que o elegeram" Aí um ano depois ele diz: "Agora nós já estamos fazendo a transformação".

Ora Sr. Deputado Alborghetti, daqui a um ano e meio está deixando o Palácio o nosso Governador Jaime Lerner. Pergunto para o senhor, que transformação, na verdade é o seguinte, os governos são uma sequência de obras, de projetos, de programas que outros deixam. Claro, cada governante imprime a sua marca própria à administração. Agora, o que me enche na verdade, é isso, Vossa Excelência tem absoluta razão, é cada um que assume o Poder lê "Maquiavel", o príncipe, o famoso livro, e acha o seguinte: "Daqui para frente é outra história", mudou e a história de traz não vale nada. É isso que vai enchendo a gente na política.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Reconheço o passado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Sei disso, mas eles não reconhecem.

Comordo com V. Exa., os Governos são permanentes, os Governos, todos nós passamos como um estalar de dedos, e eles na verdade é que insistem em dizer que vão revolucionar, que vão mudar tudo; não vão coisíssima nenhuma. Na verdade o que precisa parar, Deputado Alborghetti só para concluir porque Vossa Excelência quando vai à Tribuna faz belos pronunciamentos, porque os seus pronunciamentos são como novelas, eles têm começo, meio e fim, o senhor conta uma história muito bem contada cada vez que vai a Tribuna, tem raciocínio linear Vossa Excelência e isso é um privilégio que Deus lhe deu pelo seu talento. Agora, seguramente nós todos aqui, os mortais que estamos disputando a eleição, da qual a gente vai passando Curitiba em revista, e a gente vai para os bairros da cidade, vai para a periferia, no centro da cidade o trânsito caótico, ou seja, e a televisão massacra a propaganda tal. Ora, reconheçamos, era muito mais fácil para todos nós, era muito mais uma demonstração de humildade de se reconhecer que a cidade tem problemas, problemas graves, e que para enfrentá-los é preciso muita vontade, determinação, e não ficar vendendo o imaginário para as pessoas. Agradeço Vossa Excelência pelo aparte Deputado Alborghetti, é um privilégio poder continuar lhe ouvindo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Meu querido eterno Deputado Romanelli, quando o Álvaro assumiu o Governo eu estava nesta bancada. Quando o Álvaro começou a reconstruir o Paraná, ele também foi a televisão e dizia que estava reconstruindo o Estado. E eu ia nas suas inaugurações e tinha aquela casinha lindinha com a letra "A". Quando o Requião assumiu, também co-

locou aquela bandeira do meu Estado em todos os ônibus do Paraná. Era o Paraná sorrindo.

Meu querido Romanelli, quando V.Exa. assumir a Prefeitura, quando o Sr. colocar o seu programa da casa, que o Sr. foi um dos grandes Secretários da Habitação desse Estado. Lhe respeito por isso, Deputado.

Então, cada Governo é uma história. Só que nós temos que dizer o seguinte, com a cara limpa. Com a cara limpa. Requião foi bem. Canet foi bem. Ney Braga foi bem. Em Londrina Wilson Moreira foi bem, Antônio Belinati foi bem. Quem mais que teve em Londrina? Dalton Paranaíba. O Belinati construiu a maior creche do Brasil e, depois, todo mundo se esqueceu. O Senador José Richa.

Quer dizer, nós temos que ter a decência de dizer que o passado também reflete o futuro. O Zezé foi Prefeito de Araucária e fez uma grande administração e V.Exa. sabe. Nunca lhe critiquei na minha vida. Sempre gostei da sua postura com Prefeito. Não é à toa que V.Exa., hoje, é Deputado. E Araucária é uma das maiores arrecadações de ICMS do Sul do País. Só não faz quem não quer.

Então, queria dizer o seguinte, Srs. hoje, de manhã, fui ao Palácio, tomar o café-da-manhã com o Governador Jaime Lerner. Mas não fui apenas para o café. Tomei um cafezinho com leite. Fui ver o Governador e lá estava a Filó. E perto dela sou um pequeno anãozinho. Nunca vi uma mulher daquele tamanho. Ela é jogadora de vôlei. Estavam ali outros atletas do Paraná com suas medalhas. Estavam ali vários analistas da crônica esportiva da Capital. Mas fui até lá para ver a Universidade do Esporte, que o Governador quer construir no Paraná.

Fiquei feliz, porque foi uma aula que tive esta manhã, ao ver o meu Governador querendo plantar no Paraná a Universidade do Esporte. O que é que vai representar esta universidade, Deputado Valdir? Vai representar para o meu filho, que é campeão de natação em todos os torneios, mas ele precisa não ficar só na escola particular. O Luiz Eduardo, o meu filho, Deputado Caíto. Tenho um filho que nada. Participo das competições e eu fico maravilhado com o porte físico do meu filho. De ver ele erguer a medalha e dar aquele sorriso para mim. Eu aplicando na natação, mas não adianta só a natação em escola particular, há a necessidade de uma escola do Governo para educar os futuros nadadores, os futuros medalhistas das próximas olimpíadas, Deputado Caíto. V.Exa. está entendendo o que quero dizer.

Hoje, de manhã, o meu Governador, mostrou a mim, que isso era um sonho do Governador Álvaro Dias. Quantas vezes o

Álvaro me chamava e falava que tinha tanta coisa para fazer, mas quatro anos era tão pouco.

Não tive assim uma convivência com o Governador Roberto Requião, mas o respeito por aquilo que ele fez, pelo menos pelo seu caráter e pela sua decência e pela sua honestidade.

Agora, o Governador Jaime Lerner, hoje, de manhã, Deputado Valdir Rossini, ele me mostrou o que vai ser a Universidade do Esporte do Paraná. Fiquei feliz, Deputado Basílio, Deputado Belinati. Fiquei feliz, hoje, de manhã, ao ver aquilo que o Governador Jaime Lerner me mostrou.

Ele vai construir no Paraná, falta dois anos e meio, talvez não dê tempo, mas é uma escola que vai formar o meu filho na natação. É uma escola que não vai formar só o filho do Alborghetti, quantos nadadores nós temos nas favelas, nos conjuntos habitacionais, quantos nadadores nós temos em bairros que poderão ser chamados para essa Universidade do Esporte na capital do Paraná?

Então estou feliz, nesta tarde, de ter podido participar ao lado do meu Governador Jaime Lerner da futura Universidade do Esporte do Estado do Paraná, para formar as nossas crianças, porque o esporte dignifica as futuras gerações que estão por vir! O esporte dignifica a mulher, dignifica o homem e está de parabéns, deixo registrado nos anais desta Casa esta grande luta do Governador Jaime Lerner, de construir, no Paraná, a primeira Universidade do Esporte! Não para formar o Luiz Eduardo, filho do Alborghetti, mas para formar os filhos do Paraná ele branco, negro, de qualquer cor, de qualquer raça!

Concedo o aparte ao Deputado Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Nobre Deputado, aproveitando o tema que Vossa Excelência tão brilhantemente aborda, é apenas para parabenizar Vossa Excelência porque em toda sua carreira, no rádio, na tv, como vereador e brilhante parlamentar, Vossa Excelência, tem demonstrado um grande carinho, um grande amor às crianças de Londrina e do Brasil.

Parabéns, continue sendo um grande esteio em defesa da criança.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, Londrina tem bons candidatos, Belinati, Tavares, Hauly, Paulo Bernardino.

Curitiba nós temos Cássio Taniguchi, Max Rosenann, Ângelo Vanhoni, temos outros candidatos na Capital, outros candidatos em Maringá, Cascavel, Araucária, Cianorte. Mas, pelo amor de Deus, não adianta

aparecer na televisão e dizer:

"Ah, esse prefeito não presta... "Quem presta sou eu, eu é que sou o bom, eu é que vou fazer..." Ora gente, vamos respeitar os antepassados! Londrina já teve vários prefeitos, é a mesma coisa que eu chegar na televisão e dizer: "Ah, o Belinati não presta. "Mas como? O Belinati já foi prefeito! Tenho que respeitar aquilo que o Belinati fez por Londrina, o que o Requião fez por Curitiba, tenho que respeitar aquilo que Jaime Canet fez pelo Paraná, tenho que respeitar aquilo que o Cartário fez, quando era prefeito em Mandirituba! ele deixou plantada a sua semente! Tenho que respeitar o Deputado Alqaci, quantas vezes ele assumiu a Prefeitura de Curitiba e continuava as obras do Governador Jaime Lerner! Vamos deixar de hipocrisia.

Vamos fazer um programa de televisão, que estou vendo um programa de televisão na capital que só sabe falar mal! Ah, patati, ah, patatá". Mas não tem uma proposta de Governo que se apresente à sociedade.

Assistindo o programa do Belinati, no outro final de semana, em Londrina, eu vi que tem uma proposta. Assisti o programa do Cássio, vi que tem uma proposta, vi do Ângelo Vanhoni, pequinininho, vi que tem uma proposta.

Então, parabéns aqueles que têm proposta! Proposta! E a proposta é para a família brasileira, seja da capital, de Londrina ou do Paraná.

E que Deus ilumine, Cristo, pelo menos que habita o meu ser, a minha vida, a minha alma, a minha família, graças a Cristo muita coisa tem acontecido, na minha vida de bom, e quero que Cristo ilumine a cabeça dos futuros prefeitos que vão sair deste Plenário para administrar alguns municípios do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer uso da Tribuna nesta tarde, para colocar um assunto preocupante para quem mora na região Metropolitana de Curitiba.

Em que pese a obra ser um avanço, uma obra esperada por todos nós aqui de Curitiba e da Região Metropolitana, traz uma preocupação, que é o determinado Contorno Leste.

O Contorno Leste que foi estudado, fizeram o primeiro estudo e o desenho do

Contorno Leste, na década de 70. Em 1970, Curitiba e Região Metropolitana, não eram as mesmas de hoje. Na década de 70, nós tínhamos uma Curitiba e uma Região Metropolitana, com no máximo 500 mil habitantes. Hoje, nós temos perto de três milhões de habitantes em Curitiba e na Região Metropolitana.

E o Contorno Leste que vem para desafogar o nosso trânsito - que é a BR-116, passa na verdade a ser um motivo de preocupação para todos nós de Curitiba e Região Metropolitana.

Eu conversava agora pouco com o nosso 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Martins, para que a exemplo do Deputado Ricardo Chab, 99% dos meus votos são de Curitiba e da Região Metropolitana. Quero apelar aqui para os outros Deputados, Deputado Alborghetti, enfim todos nós que temos os nossos votos aqui em Curitiba e Região Metropolitana, quero apelar no sentido de que todos nós juntos façamos um documento e vamos tentar através deste documento, sensibilizar o Ministério dos Transportes.

Quero explicar, para que cada um de vocês possam entender - ora, gente, o Contorno Leste, que é uma obra essencial e necessária, ele irá desviar o trânsito pesado da BR-116. Os caminhões que porventura estiverem vindo de São Paulo, não passarão mais pela BR-116, que divide Curitiba em duas cidades.

Então, o Contorno Leste - o caminho-neiro pega lá por Quatro Barras, passa por Quatro Barras, corta parte do município de Piraquara, corta São José dos Pinhais, e vai sair no Município de Fazenda Rio Grande - do Deputado Geraldo Cartário, lá na BR-116 novamente. Este é o traçado do Contorno Leste.

E está aqui o Deputado Cartário que pode falar - o seu município Fazenda Rio Grande, era um bairro de Mandirituba e hoje é um município.

Então, não podemos deixar que o traçado do Contorno Leste, Deputado Cartário, Deputado Luiz Carlos Martins, seja o mesmo.

Quero aproveitar esse espaço, para louvar a atitude do IAP - Instituto Ambiental do Paraná. O IAP não deu o poder para que o DNER começasse a obra, o IAP não liberou por quê? Porque parte do Contorno Leste passa na verdade pelo manancial, passa bem ao lado do Rio Iraí.

Então, veja bem, além da preocupação com a nossa água, com o manancial que é nosso, nós temos a preocupação com a vida das pessoas que morarão ao longo do Contorno Leste. Na verdade, o Contorno Leste, se continuar neste mesmo traçado que está, nós estaremos apenas adiando o problema, ou seja, estamos transferindo o problema

que hoje é a BR-116 que seifa vidas, para o Contorno Leste que vai cortar vários municípios da Região Metropolitana.

Então, daqui a pouco vou passar às, mãos dos companheiros Deputados desta Casa, para que todos nós possamos assinar este Requerimento pedindo para que o DNER, para que o Ministério dos Transportes, faça novamente um novo estudo em cima do Contorno Leste, porque a própria Folha de Londrina hoje trouxe uma matéria, e quero registrar, inclusive nos Anais da Casa, esta matéria da página 1-A, do Caderno "Folha Paraná".

Gostaria que a Casa deixasse registrado porque a Folha de Londrina fez a matéria, observando apenas a questão ambiental, ou seja, questão ambiental, ou seja, do contorno leste que passa nos fundos do rio Iraí.

Gostaria também, que além desta questão ambiental, ficasse registrado, aqui na Assembleia Legislativa o fato do risco de vida, que poderão passar e viver, dezenas e centenas de moradores.

Só um exemplo eu quero passar: Quem vive (os moradores da Vila Quississana) em São José dos Pinhais.

Ora, na semana que passou, os técnicos do DNER, foram lá para fazer a medição do contorno leste e de repente, começaram a bater estaca no meio da rua. E aí ele falou por aqui vai passar o contorno. Mas espere um pouquinho: Vai passar uma rodovia no fundo da minha casa? Vai passar uma rodovia de pista dupla no fundo da minha casa? Vai passar porque é o contorno leste. Então o contorno leste é uma obra necessária. Agora, o traçado tem que ser alterado. Nós não podemos deixar que o traçado feito, num estudo de 78 seja aplicado agora em 96. Deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Ricardo Chab, Vossa Excelência está de parabéns, pelo assunto que aborda na tarde de hoje, visto que, atentamente venho acompanhando os pronunciamentos dos candidatos a Prefeitos de Curitiba, tanto o Carlos Simões, como o Vanhoni, como Cássio Taniguchi e como Max Rosemann. Todos eles vêm falando no sistema Viário de Curitiba, isso é importante. É uma discussão que realmente já está chegando aos lares das famílias, principalmente, da Região Metropolitana.

O companheiro Algaci Túlio, que já ocupou o cargo de Prefeito, e que é atualmente, candidato a Vice-Prefeito. Também tem esta preocupação, porque há pouco tempo eu estava conversando com ele, também, a este respeito. Eu não sei se ele concorda, e se os demais companheiros concordam, mas em termos de Sistema Viário a cidade de Curitiba, apresenta como a pior capital

de todos os estados brasileiros.

Pelo grande movimento, pelo grande número de carros, e principalmente pela falta de sinalização, visto que Vossa Excelência Deputado Ricardo Chab sai de Curitiba, vai até o Pinheirinho, ali se dirige, a qualquer município da região metropolitana. Não há sinalização, não há placas, não há "olho de gato" como se chama. Não existe absolutamente nada. Vai para a outra parte de Campo Largo, aí, assim já melhora um pouco. Porque tem duas pistas, para a parte de São Paulo também, tem duas pistas. Mas no caso nosso específico ali da região metropolitana, que é a Fazenda Rio Grande de Mandirituba, é considerado o trecho mais crítico hoje dentro de todo o país. Isso dados fornecidos pela polícia do DNER. E certamente, e quando Vossa Excelência levanta que o traçado, feito há muitos anos, no tempo da Ditadura, quando não se podia colocar, falar, defender porque a coisa vinha tudo do gabinete de cima para baixo. Hoje sem dúvida nenhuma, e eu estou certo que os técnicos do IPPUC, os técnicos da COMEC, os técnicos da Prefeitura de Curitiba, do DER, da Secretaria dos Transportes e inclusive, do DNER, vamos ouvir. Eu até propunha a Vossa Excelência, que futuramente fosse feito aqui um debate sobre isso. Chamando todas as autoridades, que compõem esta atividade do sistema de transporte, para realmente mudarmos o traçado, do sistema de escoamento da Cidade de Curitiba. Por que visa tirar, os caminhões que vêm do Rio Grande do Sul. Mas hoje não adianta mais, porque o CEASA já é uma grande Cidade. Ali onde está o CEASA e será um traçado, que ali vai até São José dos Pinhais. Já é uma cidade, já é uma metrópole. Há muitos anos atrás não tinha casa nenhuma. Hoje nós sabemos a realidade, Umbará e toda aquela parte ali.

Então Vossa Excelência está de parabéns, por abordar este assunto e espero, que consiga trazer aqui, a um debate mais profundo, a realidade da mudança do tráfego da cidade de Curitiba.

O SR. RICARDO CHAB - Até para poder colaborar com o Deputado Cartário o IAP, propõe o aumento de 3 Km, Deputado Luiz Carlos Martins. Mas no contorno, na verdade 3 Km que propõe o IAP. Apenas para que o contorno leste não passe, no manancial do Rio Iraí. Faça um pequeno desvio e aí prossiga com o seu trajeto normal.

Quero saber perguntar e colocar aqui, para que todos nós Deputados, como o Senhor Deputado Cartário, Deputado Luiz Carlos Martins, como eu, Deputado Algaci Túlio, e nós que somos aqui de Curitiba e da Região Metropolitana. Nós temos que na verdade fazer é mostrar que os Tecocratas em Brasília estão muito atrasados com re-

lação à nossa Curitiba e Região Metropolitana. Tínhamos uma Curitiba pequena, uma Região Metropolitana. Hoje temos uma Região Metropolitana enorme. Curitiba e Região Metropolitana, seguramente na última década foram regiões que mais cresceram a nível de país. É preciso colocar que esse Contorno Leste é uma obra necessária, extremamente importante, todos nós sabemos disso, porém, como está, é uma obra obsoleta, vai ser de outro elefante branco, vão jogar milhões e milhões de dólares fora, vão levar o dinheiro que contribuimos com impostos, que o paranaense contribui através dos impostos e não vai valer nada.

Por isso eu e o Deputado Luiz Carlos Martins estamos apresentando este requerimento à Mesa para que possamos contar com a força do Parlamento, da Assembleia Legislativa para sensibilizar as autoridades do DNER.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está com o Deputado Joel Coimbra no Grande Expediente.

O Deputado Ricardo Chab concedeu o horário do PSDB pelo aparte concedido ao Deputado Geraldo Cartário. O PSDB já ocupou o seu Horário de Liderança.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais integrantes da Mesa.

Estamos encaminhando à Mesa Executiva uma indicação solicitando que seja oficiado ao governador Jaime Lerner, para que remeta à Assembleia Legislativa, a Mensagem de lei regulamentando a cobrança de multa de mora incidente sobre débitos em atraso sobre as tarifas públicas estaduais, fixando-a em 2% nos termos do artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor.

Essa é uma exigência que se impõe para adaptar a legislação estadual à Lei maior, representada agora pela Lei nº 8.078 que constitui o Código de Defesa do Consumidor. Vários projetos nesse sentido foram encaminhados e aqui nesta Casa foi encaminhado o projeto do Deputado Ricardo Chab que está em fase de elaboração de um Substitutivo, mas a um aspecto agora queremos chamar a atenção, porque em função da Lei nº 9.298 que modificou o Código de Defesa do Consumidor para fixar em 2% a multa de mora incidente sobre os débitos em atraso, fica agora estabelecida a obrigatoriedade dessa disposição em todos os níveis, o que significa isso? Significa que amanhã, ou melhor, que hoje não pode mais a COPEL, a SANEPAR, a TELEPAR, enfim, as entidades públicas que prestam serviços, cobrar multa tradicional de 10%, porque uma lei maior que é o Código de Defesa

do Consumidor que é uma norma de ordem pública que vincula todas as disposições relacionadas à defesa do consumidor, determina a cobrança de 2% e por que então fazer este regulamento? O regulamento tem a finalidade de ordenar o procedimento a nível estadual, porque se nós não procedermos dessa forma, não transmitimos a orientação para que esse dispositivo seja adotado, poderão as entidades interessadas, sejam as particulares, sejam as representações de classe, ingressar com ação na Justiça para a redução dessas tarifas.

É preciso lembrar que o mercado, mesmo antes da Lei já está adotando esta providência. Nós temos conhecimento de que várias entidades, entidades empresariais, entidades de defesa do consumidor estão regulamentando a cobrança desta multa, através de um mecanismo que possui o Código de Defesa do Consumidor, chamado Convenção Coletiva de Consumo, que permita às partes regulamentarem esses procedimentos.

Ora, se a iniciativa privada antecipou-se ao legislador para adotar esta providência, não pode no nosso ponto de vista, o Poder Público demorar em se adaptar a uma Lei que já existe.

É preciso esclarecer que aqueles 10% tinham razão de ser quando da edição do código. Naquela época, com a explosão inflacionária, nós tínhamos casos de cobrança de multa, não apenas de 10%, mas de 20%, de 30%, de 40%, e o legislador teve portanto, o objetivo de colocar um freio neste sistema punitivo das relações de negócio. Como também criou outros mecanismos para frear irregularidades, por exemplo, quando ao dispor sobre as cláusulas contratuais, determinou que aqueles contratos de letra, que aqueles contratos de difícil leitura não teriam validade se não fossem redigidos de forma a possibilitar a compreensão por parte do consumidor. Como também para atender a situação da época, estabeleceu que o consumidor modificar as cláusulas contratuais para adequá-las as suas possibilidades de cumprimento do contrato por quê? Porque naquela época havia também uma espécie de voracidade dos vendedores sobre os compradores, com argumentos habilidosos, bem colocados, eram abordadas pessoas que eram chamadas a realizar negócios, mesmo que não tivessem condições de cumprí-los, e armados por um bom sistema de garantia, o que acontecia. Eles faziam negócio hoje, recebiam entrada, recebiam as garantias, e no dia seguinte o comprador não podia pagar e perdia não apenas as parcelas pagas, mas perdiam bens que eram submetidos a execuções.

Então, aquela legislação, ela visou atender a situação da época e agora nós estamos adaptando, e com o fim do processo

inflacionário não tem evidentemente nenhuma razão de ser essa multa de 10%.

O Sr. Ricardo Chab - Só gostaria de em primeiro lugar, apoiar a atitude do Deputado Joel Coimbra em subir na tarde de hoje à tribuna para tocar neste assunto dos 2%, da multa de 2%, e também ao menos tempo, gostaria de colocar que nós temos um projeto que o Deputado citou desde março nesta Casa, e que não andou a contento. Nós do Paraná poderíamos ter dado o exemplo ao Brasil, estamos dando inclusive hoje, para se regulamentar a questão da cobrança dos 2% já imediatamente.

Mas durante o período de recesso participei em algumas reuniões com os técnicos da Secretaria da Fazenda, com o pessoal da liderança do Governo e aí elaboramos juntos um substitutivo. E esse substitutivo até vou apelar nesta sessão agora, neste aparte, está nas mãos da Procuradoria do Estado.

E gostaria que a Procuradoria do Estado não demorasse tanto tempo para analisar um substitutivo que foi feito junto com os técnicos do Governo, com advogados tributaristas, com pessoas do Governo e o Deputado autor do Projeto.

Então, na verdade quero até colocar ao Deputado Joel Coimbra, o meu agradecimento Deputado Joel Coimbra, por reforçar o projeto nosso da Casa e sei que sabedor que sou, Deputado Joel Coimbra elegeu-se graças a sua defesa do consumidor de Maringá, isso é algo que a gente tem que deixar patenteado nesta Casa, e conhece mais do que ninguém talvez nesta Casa, o assunto de defesa do consumidor.

Então quero colocar aqui Deputado Joel, só para concluir o meu aparte o seguinte; só para encerrar que quando apresentei esse projeto, numa discussão que tive com técnicos do Governo, um falou para mim assim: Deputado, o Sr. consultou a mãe Dirã para arrumar os 2%, eu falei não. Eu não costumo consultar vidente e nem cartomante.

A verdade é que nós estamos vivendo num País hoje aonde a inflação é no máximo de 1,5. É humanamente impossível, um absurdo se conceder uma multa de 10% num único dia de atraso. Mas a boa vontade dos chefes do Governo, a boa vontade da assessoria do Governo em conversando comigo em uns três, quatro encontros, a Casa Civil, a Secretaria da Fazenda, enfim, nós chegamos a um determinado ponto de consenso. E eu espero que agora esse substitutivo venha já à Casa não demore mais uns seis meses como é o caso do meu Projeto apresentado na Casa desde o começo do ano.

Obrigado!

O SR. JOEL COIMBRA - Obrigado pelo aparte,

— inclusive apoiou o projeto de V.Exa., a nossa Comissão de Justiça deu apoio a esse Projeto. É um bom Projeto e corresponde às nossas expectativas e agora nós não podemos mais esperar. Esse substitutivo, portanto, tem que vir porque agora nós estamos submetidos à vontade de uma Lei maior.

Portanto nobres colegas, Sr. Presidente, nós esperamos que essa indicação seja aprovada, seja encaminhada ao Governo do Estado e que a Mensagem regulamentando essa nova disposição do Código de Defesa do Consumidor venha a essa Casa com a maior brevidade possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Continua o Horário das Lideranças: PMDB, PDT, PFL, PTB.

(Declinam)

PT com a palavra, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Aposentados, acumulando rendas, possam assumir essas diretorias. Mas essa questão dos aposentados parece que não é só no BANESTADO que ocorre, a administração do Jaime Lerner, quando Prefeito de Curitiba, e agora como Governador, ele leva consigo um grande número de aposentados que acumulam além da aposentadoria os cargos em Comissão.

Dizem que aparentemente isso não é problema. Pode não ser ilegal, pode até considerar que não seja imoral, mas todos aqueles funcionários, bons técnicos e profissionais, que esperam uma ascensão dentro do serviço público, ou dentro de uma estatal no caso do BANESTADO, são deixados de lado.

Outra questão que sempre ocorre na administração Lerner, quando alguém amigo do peito é promovido nas vésperas da sua aposentadoria para se aposentar com salário superior àquela da profissão.

O exemplo, o ex-motorista do ex-Prefeito Jaime Lerner, se aposentou com o cargo a nível de Secretário sem numa ter exercido, mas era motorista do chefe. E agora o próprio Jornal Contra-Cheque traz também a denúncia que a atual gerente do departamento Luci Giardello está sendo promovida à gerente de divisão para se aposentar até o final de 96.

Esse tipo de irregularidade não pode continuar existindo no serviço público, os fundos de pensões, sejam eles de estatais, privados ou públicos, que faz esse tipo de prática vão à falência.

Aí, questiona-se o fundo de pensão do BANESTADO dizendo que o Banestado está injetando dinheiro, mas injeta dinheiro por causa de irregularidade como essa, permitida pela administração que aposentam os seus funcionários, no caso os apaniguados,

para depois provavelmente dobrar a sua renda assumindo cargo em comissão, como é o caso que está querendo se dar agora a partir do dia 15 se tiver essa mudança de estatuto.

Queremos deixar claro que somos contrários a essa mudança de estatuto, permitindo que aposentados possam assumir esse terço das diretorias administrativas.

Esses cargos devem ser, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Federação dos Trabalhadores e Empresas de Crédito do Estado do Paraná, enviou correspondência aos Deputados Estaduais da Assembleia levantando um questionamento de suma importância no que diz respeito ao BANESTADO.

O BANESTADO tem como norma um Estatuto próprio onde define o seu funcionamento. Hoje, de acordo com o dispositivo Estatutário, parte das diretorias do BANESTADO, mais precisamente um terço destas devem ser dirigidas por funcionários de carreira.

A atual administração está propondo uma mudança deste Estatuto que será discutida no próximo dia 15. Mudança essa que aparentemente parece ser coisa normal e totalmente inofensiva, qual seja, a de acrescentar que um terço da sua diretoria seja de funcionários de carreira ou de aposentados.

Senhores Deputados, aquilo que aparentemente é inofensivo significa provavelmente o acúmulo de rendimentos por parte de diretores, diretores aposentados ou ex-diretores ou ex-funcionários aposentados do BANESTADO que passariam a assumir cargo da direção sem abrir mão da sua aposentadoria, assim teriam dupla remuneração.

Enquanto isso bons profissionais, bons técnicos, bancários que a vida toda se dedicaram ao BANESTADO no momento de ter uma ascensão funcional, e ocupar um cargo de direção serão deixados de lado por esses aposentados, ser deixados para aqueles funcionários, bons técnicos, bons profissionais, que se dedicam 20, 25 anos à carreira e na hora de assumir o cargo administrativo são deixados de lado, porque não são puta-sacos dos chefes superiores.

Essa é uma questão que esperamos que não seja modificada, que esse estatuto permaneça como se encontra, fazendo com que os aposentados vão para casa gozar a sua aposentadoria e não assumir cargo para dobrar o seu salário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 08 (oito), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorei, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado César Selene, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Remy Borsatto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edmundo Guimarães, constante do expediente. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Albino Feijó Sanchez, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda aprovada em 2ª Discussão. Em discussão. Em votação.

Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Incorporada no bojo do projeto a emenda.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães e Voluntários do Conjunto São Lourenço, com sede e foro no Município

de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO.

Com emenda aprovada em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação.

Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão.

Incorporada também no Projeto de Lei nº 266/96.

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/95, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa Familiar Rural, com sede e foro na Comarca de Pato Branco, Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169, de 29.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 517/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação da Casa Familiar Rural, com sede e foro na Comarca de Pato Branco - Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/96, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Sebastião Saporski, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 40, de 16.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 136/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Sebastião Saporski, com sede e foro no Município de Curitiba.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 71, de 28.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 221/96

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Loanda.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 25.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 280/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 283/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual do Colégio Estadual Paraná - Ensino de 1.º e 2.º Graus, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 97, de 25.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 283/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual do Colégio Paraná - Ensino de 1.º e 2.º Graus, com sede e foro no Município de Loanda.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n.º 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 284/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Jardins Campo Belo, Água Verde, Videira, Satélite, Belo Horizonte, Bela Vista, Jardim do Sol e áreas limítrofes, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 97, de 26.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 284/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Jardins Campo Belo, Água Verde, Videira, Satélite, Belo Horizonte, Bela Vista, Jardim do Sol e áreas limítrofes, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n.º 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua

normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 285/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Casa de Paz de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 97, de 25.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 285/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, visa declarar de Utilidade Pública a Casa de Paz de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, somos de parecer favorável na forma da emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 285/96

Art. 1.º - Declara de Utilidade Pública a Casa de Paz de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 725 e 726, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 727 e 728, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 730 e 731, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 732, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 733, de autoria dos Senhores Deputados Albamor Gomes e José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 734, 735, 736 e 737, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 749, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 750, de autoria do Senhor Deputado Algaç Tílio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 751, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 396/95, 177, 178 e 234/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 517/95, 136, 221, 280, 283, 284 e 285/96.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ironði Pugliesi, José Maria Ferreira, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Cesar Silvestri e Walmor Trentini. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto n° 051/96 do Poder Executivo - Ofício n° 167/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 286/96 do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 03) Projeto

de Lei n° 315/96 do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 320/96 do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 309/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 317/96 do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 319/96 do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 300/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 287/96 do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini. - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 517/95 do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 303/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 280/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 323/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 335/96 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 285/96 do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 334/96 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 180/96 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso, com voto contrário do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 290/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironði Pugliesi - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 321/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironði Pugliesi - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 284/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironði Pugliesi - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 311/96 do Deputado. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 308/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 324/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 316/96 do Deputado Cesar Selme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 283/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada

Ironi Pugliesi - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 136/96 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 221/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e pro-

duzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente.

Ana Lúcia Andretta
Secretária.